



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11894 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

A INTERFACE DA RELAÇÃO ENTRE ALUNO, PROFESSOR E CONCEITO, O CENTRO DA APRENDIZAGEM

Roberto Clemente dos Santos - UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Marili Moreira da Silva Vieira - UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

O processo de ensino e aprendizagem está sempre em evidência com diversos posicionamentos e concepções que são apresentadas em livros que exemplificam metodologias e estratégias que colocam em cena os sujeitos envolvidos, o professor e o estudante. Diante disso, ao se questionar a respeito do processo de ensino-aprendizagem, o que normalmente fica em evidência são a aplicação de estratégias, metodologias e procedimentos para “assegurar” a aprendizagem das habilidades tidas como essenciais. A Base Nacional Comum Curricular (2018, p.17) apresenta como uma de suas bases o que se segue:

- selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.;
- conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os alunos nas aprendizagens;

Para discorrer a respeito da aprendizagem é necessário que tenhamos clareza sobre a função do docente e do estudante, os envolvidos nesse processo. Eles se colocam como dois núcleos centralizados, cada um em uma polaridade, onde em um lado encontra-se o docente responsável por desenvolver os conceitos, utilizando das mais diversas estratégias para o ensino e, em outro lado, o estudante com o seu conhecimento prévio, no centro da aprendizagem. No que se refere ao professor, o que fica em evidência nos documentos

orientativos são as metodologias e estratégias que deve usar. Para o aluno, o foco é no protagonismo, na aprendizagem ativa, que tem como essência envolvimento maior dos estudantes e maior expressão deles na aprendizagem.

Esses dois núcleos, cada um na totalidade de sua esfera universal representando a sua função, são colocados como que orbitando em volta de um centro gravitacional maior, a habilidade que deve ser desenvolvida pelos estudantes. Não nos opomos ao fato de que ao professor cabe o uso de boas estratégias e boas metodologias para ensinar. Nem sequer nos opomos ao fato de que a aprendizagem exige um sujeito ativo e consciente. Contudo, nos questionamos sobre a ênfase que tem sido colocada no polo do estudante, com aprendizagem ativa, e desenvolvimento de habilidades e competências, ou de aprendizagens essenciais e um professor apenas como mediador e moderador desse desenvolvimento. Parece-nos que há um esvaziamento da função do ensinar, embutido no processo de ensino e aprendizagem.

Diante disso consideramos importante definir o sujeito aprendente e consolidar a visão do professor como responsável pelo ensino.

Embora acreditemos que estratégias e metodologias sejam importantes, é evidente que elas por si mesmas não contemplam e desenvolvem satisfatoriamente a aprendizagem do sujeito aprendente, nem revelam por si a identidade profissional docente.

O trabalho do professor é pluridimensional. Ele deve ser contextualizado, pensado em seu aspecto metodológico e estratégico, mas deve considerar também os conhecimentos científicos, historicamente construídos. Envolve entre tantas outras dimensões, as dimensões técnica e científica e dos conhecimentos para ensinar (PLACCO, 2006; SOUSA; PLACCO, 2019). Segundo Tardif e Lessard (2014) deve haver uma reflexão teórico-metodológica na ação docente.

Se não houver articulação dessas dimensões e a interação destas com o aluno e o conhecimento, o tripé do processo de ensino-aprendizagem fica fragilizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos alunos.

Para corroborar com essa afirmativa analisamos os resultados da “Avaliação da Aprendizagem em Processo de 2019 do 9º ano do Ensino Fundamental II” de uma diretoria de ensino do Estado de São Paulo.

Essa avaliação é responsável por diagnosticar os resultados da aprendizagem dos estudantes da rede estadual de ensino e ela, após análise dos resultados, demonstra que os alunos, na disciplina de língua portuguesa, obtiveram um resultado progressivo, como era de se esperar. Para exemplificar essa afirmativa recorreremos aos quadros estatísticos da rede desta diretoria.

Tabela 1. Comparativo da avaliação da aprendizagem em processo

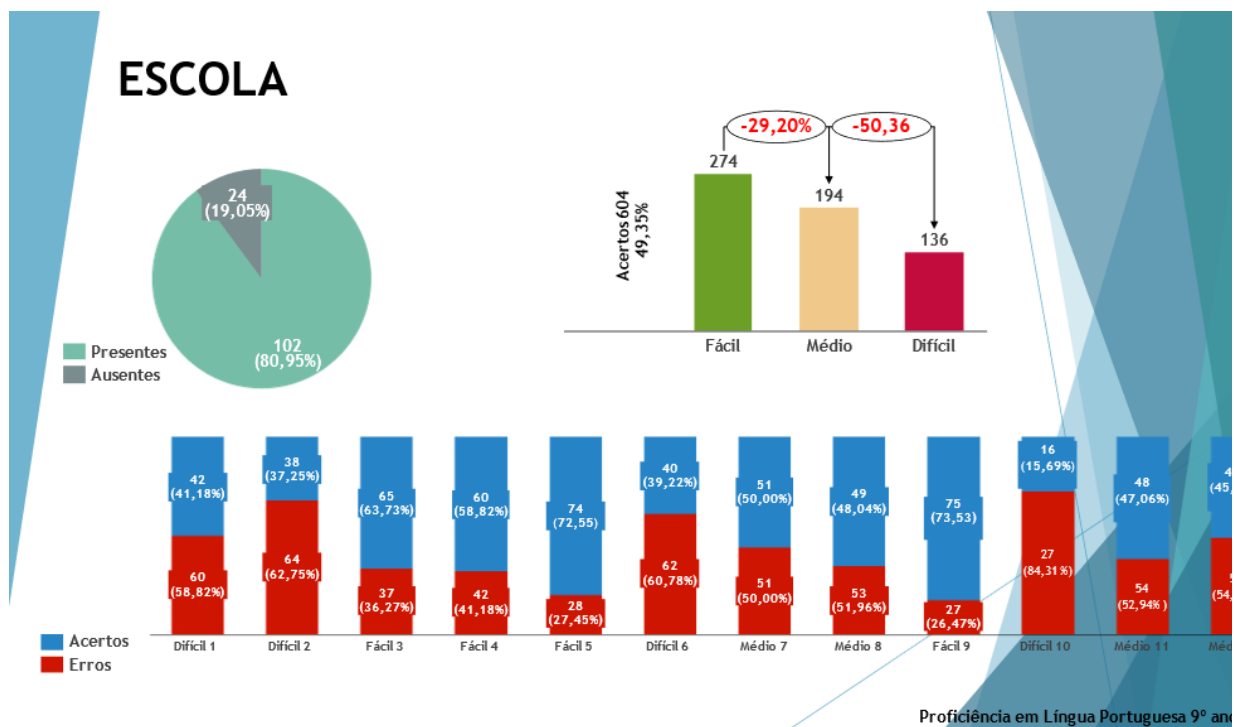
Bimestre	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre
Alunos Participantes	7.651	7.742	7.503
Total de Acertos	52.003	59.154	45.398
% acertos	56,64%	63,66%	50,42%
Nível Fácil	22.750	24.339	21.898
Nível Médio	17.897 (*21,33%)	19.412 (*20,24%)	16.198 (*26,03%)
Nível Difícil	11.356 (*50,08%)	15.403 (*36,72%)	7.302 (*66,65%)
Resultado	5,6	6,3	5,4

Elaborado pelos autores com base na Avaliação da Aprendizagem em Processo de 2019

*Porcentagem de defasagem entre os níveis médio e difícil tendo como parâmetro o nível fácil.

A tabela 1. Parece nos revelar um quadro decrescente no desenvolvimento dos estudantes e de quantidade de acertos nas avaliações.

Figura 1. Resultado de Língua Portuguesa de uma escola da diretoria em questão



Analisando as questões relacionadas à gramática, a partir de sua categorização de dificuldade, os resultados demonstram fragilidades das categorias gramaticais relacionadas a sistematização gramatical que podem ser observadas especialmente examinando os resultados nas questões 1, 2, 6 e 10.

Com base no exposto, recorreremos a perspectiva sistemática crítica em um enfoque quantitativo, partindo da premissa dos dados que fundamentam nosso ponto de vista de que não está havendo apropriação de conteúdo, sabendo, contudo, que o tema é amplo e sujeito a

várias ramificações e variáveis, nos colocamos cientes de outras possibilidades de análise.

Acreditamos que a hipótese para que os alunos não apresentem um resultado satisfatório esteja relacionado à não apropriação de conceitos e de conhecimentos, pois se os estudantes não se apropriarem de regras, de conceitos, de vocabulário, efetivamente não aprenderão. Não basta que desenvolvam as atividades que têm sido prescritas. Há de haver, por parte do professor, clareza de sua função de ensinar conhecimentos que darão poder a esses alunos para interpretarem o mundo social. Isso faz com que os alunos não desenvolvam completamente sua capacidade cognitiva dentro do processo interpretativo textual e consequentemente as habilidades esperadas para se situar em sociedade.

É preciso colocar o docente e o conhecimento no discurso oficial. O estudante no centro do processo, como protagonista, talvez esteja enfraquecendo o processo. Somente as estratégias e metodologias não nutrem o aluno.

Palavras-chave: Aluno. Aprendizagem. Conceito. Metodologia. Professor.

Referências

PEREZ, Tereza (org.). *BNCC: A Base Nacional Comum Curricular. na Prática da Gestão Escolar e Pedagógica*. São Paulo: Moderna, 2018.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Formação e prática do orientador e educador**. Campinas: Papyrus, 1994.

SOUSA, Clarilza Prado; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Mestrados profissionais na área de educação e ensino. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 47, p. 23-35, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/4567/2849/>. Acessado em 06/03/2022.

TARDIF, Maurice; Lessard, Claude. *O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais*. Trad. Lucy Magalhães. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.